

Nossa esperança: juros menores na Inglaterra.

Técnicos do Banco Central aguardam com expectativa e otimismo o comportamento da libor — taxa de juros do mercado europeu — em função de seu impacto sobre a dívida externa brasileira. Segundo eles, a maior carga fiscal e a própria retração da demanda de crédito bloquearão o fluxo de dólares da Europa para os Estados Unidos, o que vai contribuir para a redução das pressões altistas sobre a libor.

O comportamento da libor nos últimos meses dá razão aos técnicos mais otimistas do Banco Central, já que até a última sexta-feira sua média mensal ficou ao nível de maio e com menor propensão à alta do que a prime. Porém, estes mesmos técnicos reconhecem que toda e qualquer projeção sobre o comportamento futuro das taxas internacionais carrega uma alta dose de imprecisão e não ser quanto à expectativa de novas elevações nos Estados Unidos.

Apenas 6% da dívida externa brasileira de médio e longo prazos sofrem o impacto direto da elevação da prime, de acordo com informações dadas ontem pelo Banco Central. Como 69% dos compromissos estão vinculados aos juros do euromercado e 25% têm taxas fixas, à média de 9% ao ano, a alta da prime para o atual patamar de 13% não altera em muito as previsões de que os encargos da dívida externa permanecerão, neste ano, em torno de US\$ 11,25 bilhões ou, na pior das hipóteses, em US\$ 11,6 bilhões.

O Banco Central citou o exemplo de 1980, quando a prime fechou em 20,5% ao ano e a Libor em 16,0437%, para crer que os juros do euromercado não acompanharão a alta nos EUA.

Em função da parcela de 25% de taxas fixas e da projeção de estabilidade relativa da Libor os técnicos revelam que a alta da prime só traz preocupação para o fechamento de nossas contas externas em 1985. Assim, eles já projetam gastos de US\$ 12,5 bilhões para o ano que vem, considerando a estimativa de taxa média de 12% ao ano.

O Banco Central concluiu ainda que o Brasil pagará a média de 10,71% ao ano entre janeiro e outubro de 84, tendo como base de avaliação os juros vigentes até abril passado. Caso em novembro e dezembro a média suba para 13%, os juros médios deste ano ainda ficarão abaixo dos 11%.

Conselho de Regan: prudência.

Enquanto o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, aconselhava "prudência" aos bancos, alertando-os sobre os perigos que uma nova alta nos juros teria para a economia do país, um relatório do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) — o banco dos bancos centrais dos países industrializados — atribuiu às próprias autoridades dos EUA a responsabilidade pelos aumentos nas taxas.

Regan declarou em Washington ser "lamentável" que os bancos norte-americanos tenham aumentado suas taxas no dia seguinte à reunião dos países latino-americanos em Cartagena, acrescentando que isso deve ter provocado "um sentimento muito amargo" em certos países.

Também uma declaração subscrita por economistas das mais importantes universidades e institutos norte-americanos de pesquisa acentua que o peso da dívida do Terceiro Mundo produz graves consequências para a economia mundial, especialmente para os EUA, e não só para os países devedores. E eles advertem que a política econômica norte-americana é altamente responsável pelo agravamento do problema da dívida:

— Nossos enormes déficits fiscais, resultantes de uma redução dos impostos, com simultâneo aumento dos gastos, e uma política monetária restritiva, geraram taxas de juros extraordinariamente altas, cujos efeitos se expandiram por todo o mundo — salientam os economistas.

Ainda ontem, o presidente da comissão especial para financiamento e comércio da Organização dos Estados Americanos, OEA, Manuel Ulloa, depois de entrevistar-se com o subsecretário do Tesouro norte-americano, Berryll Sprinkel, e com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, comentou que havia chegado a hora de os países devedores latino-americanos passarem das palavras à ação, diante da nova alta nas taxas de juros dos EUA.

Ulloa sustentou que a discussão agora deveria ser política e que os latino-americanos deveriam deixar claramente estabelecido que não sacrificarão o bem-estar mínimo de seus povos para pagar a dívida. Considerou muito difícil a formação de um cartel de devedores, mas observou que, "se não se encontram soluções, é preciso examinar todas as opções".

Numa comissão legislativa do Congresso dos EUA foi aprovado ontem um pacote de medidas fiscais, com cláusulas destinadas a tornar mais atraentes os investimentos estrangeiros nos Estados Unidos. Os analistas prevêem que a medida aumentará o fluxo, para os EUA, de capitais que contribuirão para o financiamento do déficit orçamentário, aliviando a pressão sobre os juros, mas aumentando-as sobre o dólar. O presidente Reagan já fez saber que só sancionará o pacote quando tiver a garantia de que o Congresso também aprovará medidas propostas por seu governo.

Em Bonn, o Banco Federal Alemão — a máxima autoridade monetária do país — anunciou que não acompanhará a evolução da prime-rate, a taxa dos bancos norte-americanos para seus melhores clientes. Ficará entre 5 e 6% a diferença entre as taxas que vigoram na Alemanha e as do mercado norte-americano, pelo menos enquanto as condições internas o permitam e seja mantida a confiança no marco alemão.

Relatório

O relatório do Banco de Pagamentos Internacionais destaca os principais motivos de preocupação pelo endividamento dos países latino-americanos. Depois de acentuar que a relação endividamento-exportações é mais elevada do que em outros países, afirma que a alta recente das taxas de juros de curto prazo, em dólares, paralisa o serviço das dívidas. Com isso, a fuga de capitais é intensíssima, assinala o BIS, informando que entre 1978 e 1983, a evasão de capitais atingiu US\$ 50 bilhões.

O diretor-geral do banco, Gunther Schleining, lembra que cabe aos países latino-americanos, cujos habitantes são responsáveis por esses intensos desvios de capitais, colocar ordem em sua administração, para acabar com esse êxodo.

O relatório também atribui à amplitude do déficit orçamentário dos EUA o nível atual das taxas de juros norte-americanas.